

DEMOCRACIA E PODER

*** Roberto Rodrigues**

Em recente reunião acadêmica realizada em Copenhagen – Dinamarca –, para discutir as expectativas colocadas pela FAO e pela OCDE quanto ao futuro da agricultura global e combate à fome, tive oportunidade de visitar o Conselho Dinamarquês de Agricultura e Alimentação.

Trata-se de uma poderosa organização que agrega todos os elos das cadeias produtivas daquele desenvolvido país. Lá estão os representantes dos insumos, os produtores rurais (incluídas aí as associações e as cooperativas), a indústria de transformação e os traders responsáveis pelo mercado interno e pelas exportações.

Portanto, é uma entidade que transcende as responsabilidades da defesa política do agronegócio dinamarquês – embora este seja um dos seus principais papéis –, para assumir também funções comerciais bastante definidas, passando pela industrialização das matérias primas – a indústria de alimentos – que em grande parte é realizada pelas cooperativas.

Desta forma, o poder político da organização é incrementado pelo vigoroso poder econômico dos seus membros, diretamente conectados ao mercado. Só em 2009, as exportações dos seus associados (que empregam 150 mil pessoas) chegaram à casa dos 15 bilhões de euros, o equivalente a 19 bilhões de dólares.

Em seu portfólio, o Conselho tem por objetivo “assegurar que o setor agroindustrial represente uma força orientada para identificar soluções balanceadas entre a economia, a saúde, o meio-ambiente e o bem estar humano e animal”. E, “assegurar que ele, o Conselho, seja reconhecido como um dos três mais informados e confiáveis organismos de negócios da Dinamarca”.

É uma missão ambiciosa e implica exercício de poder.

É bem verdade que a maior parte da força política do Conselho é determinada pelo poderoso movimento cooperativista do país: cooperativas muito grandes, entre as maiores da Europa, são responsáveis pela industrialização do leite, pela produção de rações e complementos minerais para animais, e possuem os maiores frigoríficos europeus para carne suína e de aves, além de serem os maiores processadores de couros (peles de animais) do mundo.

Com tal poder o Conselho realmente influi de forma incisiva na formulação de políticas públicas para o setor, seja no país, seja em Bruxelas, onde funcionam as instituições da União Européia.

Perguntado há pouco tempo sobre como se sentia diante de interlocutor tão poderoso, o Ministro da Agricultura respondeu que é muito difícil negociar com o líder do Conselho, dada a importância do setor que representa; mas, por outro lado, é um conforto: uma vez discutido e resolvido um assunto com este interlocutor, não é preciso falar com mais ninguém, as decisões tomadas podem ser implementadas sem que haja questionamento.

Isso também é democracia: há poder, mas ele vem da representatividade legítima: os conflitos naturais que existem dentro das cadeias produtivas são

resolvidos internamente e, uma vez assumida uma solução, cabe a um único negociador implementá-la junto aos órgãos do Estado.

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e Professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal